

Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil

MICHEL GOULART DA SILVA *

Resumo

Discute-se neste artigo a produção de uma cultura política compartilhada por intelectuais no contexto da ditadura civil-militar, que governou o Brasil entre os anos de 1964 e 1985. Apresenta-se numa primeira parte a relação estabelecida pelos intelectuais com o regime autoritário, principalmente a partir das reflexões realizadas pelo sociólogo Florestan Fernandes durante a ditadura. Numa segunda parte trabalha-se a noção de *cultura política conservadora*, compartilhada por uma parcela dos intelectuais brasileiros.

Palavras-chave: Intelectuais; Cultura Política; Ditadura.

Abstract

This paper discusses the production of a political culture shared by intellectuals in the context of civil-military dictatorship that ruled Brazil between 1964 and 1985. In the first part it presents the relationship established by intellectuals with the authoritarian regime, especially taking into account the considerations made by the sociologist Florestan Fernandes during the dictatorship. In the second part the discussion presents the notion of conservative political culture, shared by a number of Brazilian intellectuals.

Key words: Intellectuals; Political Culture; Dictatorship.



* MICHEL GOULART DA SILVA é Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os intelectuais são mais conhecidos e reconhecidos por suas posições progressistas ou mesmo de esquerda, em função de um paradigma construído a partir da atuação do escritor francês Émile Zola em defesa do capitão Dreyfus ou do engajamento político do filósofo Jean-Paul Sartre. Contudo, a existência de intelectuais conservadores não é um fenômeno novo nem isolado, como é possível perceber, por exemplo, em relação a um dos processos políticos mais importantes da Modernidade, a Revolução Francesa, no final do século XVIII. Com sua eclosão, esse processo político ganhou imediata oposição, mobilizando não apenas setores alijados do poder como escritores vinculados ao movimento romântico (PIERUCCI, 1999, p. 18-9).

No Brasil, a partir das primeiras décadas do século XX, começou a se constituir um campo intelectual, emergindo nomes de conservadores como Oliveira Vianna, Alberto Torres, Gilberto Freyre e Plínio Salgado (SILVA, 2004, p. 22-7). No decorrer da década de 1930, principalmente com o Estado Novo, essa intelectualidade ganha mais espaço na estrutura administrativa, num processo que paulatinamente redundaria numa gestão estatal técnica e que pretendia valorizar a competência dos funcionários atestada por diplomas escolares ou universitários (MICELI, 2001, p. 79-81). Esse fenômeno de uma intelectualidade de Estado, tecnocrática, com uma atuação baseada na racionalidade e na eficiência, consolida-se nas décadas de 1950 e 1960, especialmente por meio da administração de Juscelino Kubitschek. Entre outros fatores, nesse contexto,

a ampliação da participação do governo federal tornou-se possível com a criação do aparato institucional da chamada *administração paralela*, materializada nas novas agências –

conselhos e grupos executivos – organizados na esfera da Presidência da República e no Ministério da Fazenda. Estas se caracterizavam tanto por reunir os quadros técnicos responsáveis pela elaboração das políticas públicas quanto representantes dos setores econômicos que eram o alvo das mesmas iniciativas (CORRÊA, 2006, p. 154).

Em 1964, o golpe civil-militar encontrou uma sólida estrutura tecnocrática, ampliando as funções estatais de organização e controle social, onde os intelectuais poderiam explorar uma esfera administrativa baseada na eficiência do técnico, na retórica de que as decisões não são políticas e na centralização e no planejamento que objetivava o desenvolvimento econômico (CORRÊA, 2006, p. 160-2). Chegou-se a afirmar que esse período seria o de uma *ordem tecnocrática*, onde haveria “um deslocamento de poder dos corpos parlamentares para os centros burocráticos” (SCHMIDT, 1986, p. 25). Chegou-se ao ponto de construir, durante a ditadura, a figura do “político”. Nesse período, o termo, pejorativo em algumas esferas, passaria a designar certo agente social encarado como um ente à parte do regime, cujo caráter era permanentemente colocado em dúvida, e apresentado muitas vezes em oposição ao tecnocrata (GRINBERG, 2009, p. 138-140).

Procurando entender esse processo, o sociólogo Florestan Fernandes, vivendo ainda sob a ditadura, apontou para aspectos relevantes acerca dessas questões. Fernandes (2010, p. 173-4) afirmou que havia “conexões estruturais e dinâmicas (...) entre o regime autoritário e os intelectuais”, onde “as posições e papéis intelectuais acham-se ramificadas através do *status* privilegiados das classes alta e média”.

Segundo o sociólogo, os intelectuais estavam permanentemente expostos a interesses, a ideologias e a valores que, por sua própria natureza, eram intrinsecamente conservadores, ou seja, que faziam parte do horizonte cultural conservador dos setores dominantes das classes alta e média. Assim, esses intelectuais poderiam, inclusive, estar engajados nos processos de modernização e de mudança cultural, mas esse engajamento tinha como limites a preservação do *status quo*, em períodos de estabilidade social, ou mesmo para o controle político da modernização e da mudança social pelos setores dominantes das classes alta e média, em períodos de crise.

Neste trabalho, discutimos as relações entre intelectuais e o conceito de cultura política, no contexto da ditadura civil-militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985. Numa primeira parte, discutiremos a relação dos intelectuais com a ditadura e numa segunda parte trabalharemos a noção de *cultura política conservadora* e sua relação com uma parcela dos intelectuais brasileiros.

Intelectuais e ditadura

O tema dos intelectuais foi discutido pelos mais variados autores e a partir das perspectivas mais variadas, gerando posições não apenas controversas como antagônicas, sendo possível encontrar uma bibliografia vasta e plural que inclui nomes como Antônio Gramsci, James Petras, Jean-François Sirinelli, Jean-Paul Sartre, Karl Mannheim, Leon Trotsky, Norberto Bobbio, entre outros.¹

Procuramos nos apropriar neste artigo do conceito de Pierre Bourdieu, para quem “o intelectual constitui-se como tal intervindo no campo político *em nome da autonomia* e dos valores específicos de

um campo de produção cultural que chegou a um alto grau de independência em relação aos poderes” (BOURDIEU, 1996, p. 150). O intelectual, “apoiado em seus valores de liberdade, de desinteresse, de justiça, que excluem que possa abdicar de sua autoridade e de sua responsabilidade específicas em troca de proveitos ou de poderes temporais necessariamente desvalorizados”, afirma-se “como o defensor de princípios universais que não são mais do que produto da universalização dos princípios específicos de seu universo próprio” (BOURDIEU, 1996, p. 151).

Para Pierre Bourdieu, o campo de poder se constitui em um “campo de lutas”, ou seja, ele

é o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico e cultural, especialmente). Ele é o lugar de lutas entre detentores de poderes (ou de espécies de capital) diferentes que, como as lutas simbólicas entre os artistas e os “burgueses” do século XIX, têm por aposta a transformação ou a conservação do valor relativo das diferentes espécies de capital que determina, ele próprio, a cada momento, as forças suscetíveis de ser lançadas nessas lutas (BOURDIEU, 1996, p. 244).

Segundo Bourdieu, essa luta faz com que o próprio grau de autonomia dos intelectuais varie segundo as épocas e as culturas, proporcional ao poder simbólico acumulado no decorrer do tempo por sucessivas gerações. Para ele, deve-se atentar para fatores como as tradições culturais e políticas, as imposições e submissões em relação aos poderes constituídos, as questões éticas e estéticas, as incitações à resistência, entre outros fatores. Para o sociólogo, o poder

¹ Para uma discussão acerca da invenção do intelectual engajado, Cf. Sirinelli (2003, p. 248).

simbólico que se adquire na obediência às regras internas de funcionamento do campo se opõe a todas as formas de poder externo que os detentores de capital cultural podem adquirir, em contrapartida dos serviços técnicos ou simbólicos que prestam aos dominantes (BOURDIEU, 1996, p. 249-50).

Nesse sentido, ainda que a autonomia, constituída a partir da dinâmica do próprio campo intelectual, seja elemento importante na definição do campo do intelectual, há fatores externos e estranhos ao campo, como o comércio de bens simbólicos produzidos pelos intelectuais ou a formação de posições políticas, que exercem influência sobre esse campo, fazendo com que haja não apenas a autonomia, mas que se constituam também relações de submissão. Para Bourdieu (1996, p. 250), essa “a submissão nunca é tão total quanto o faz crer a visão polêmica quando trata todos os escritores conservadores como simples *portavozes*”. Observa-se, segundo o sociólogo,

diferença entre as representações que eles [os intelectuais] propõem e as produzidas pelos próprios dominantes, banqueiros, dirigentes de indústria, homens de negócios, ou seus representantes da ordem política, quando agem como produtores ocasionais de bens culturais (BOURDIEU, 1996, p. 251).

Assim, ao lidar com a intelectualidade conservadora, deve-se ter em mente essa dinâmica entre a autonomia e a submissão e, principalmente, observar que grande parte dos intelectuais, embora se proponham a representar as classes sociais em luta, não são a própria classe e, dessa forma, mesmo quando mantêm relação de submissão, não elaboram exatamente o mesmo conjunto simbólico que os setores aos quais estão vinculados. No caso específico da

relação entre os intelectuais e a ditadura no Brasil, percebe-se uma convivência, que pode ter sido moldada por diferentes fatores. Para Florestan Fernandes (2010, p. 189), os intelectuais careciam “de meios de absorção de suas frustrações” e foram “sobrecarregados com expectativas de controle e de ação conflitantes, impostas pela ditadura militar ou pelos grupos radicais e por si próprios”. Para os intelectuais, segundo o sociólogo, “a situação global cria uma tempestade de fricções, desilusões e desorientação moral” (FERNANDES, 2010, p. 189).

Uma das facetas mais conhecidas da atuação dos intelectuais na ditadura passa pela oposição de alguns, como no caso do próprio Florestan Fernandes, além de outros intelectuais presentes, por exemplo, numa lista de demissões decretadas pelo governo ditatorial, por força do AI-5, em abril de 1969. Essa lista incluía nomes como Bolívar Lamoniér, Caio Prado, Emília Viotti, Florestan Fernandes, e mais dezenas de outros nomes, associados a posições políticas variadas, entre liberais, comunistas e socialistas de diferentes matizes. Muitos desses intelectuais foram para o exílio, encontrando novas colocações profissionais em importantes universidades do mundo, e engajando-se em lutas organizadas em âmbito internacional contra a ditadura (ADUSP, 2004, p. 45-8).

Contudo, essa dimensão da repressão e do silêncio como forma de combater possíveis dissidências ou oposições não foi a única relação da ditadura com a intelectualidade, afinal uma parte significativa da intelectualidade optou ou pelo silêncio ou pela colaboração com o regime repressivo. Essa intelectualidade estava presente principalmente em universidades ou em outras instituições de pesquisa, públicas ou como privadas,

onde a ditadura impôs novas exigências ao padrão de trabalho. Segundo Florestan Fernandes (2010, p. 177), haveria um conflito entre duas tendências diferentes de encarar a produção do conhecimento, ou seja, de um lado “a pesquisa considerada como um meio honorífico de se obter bons salários e prestígio, em contraposição à pesquisa empenhada no avanço do conhecimento original”. Os intelectuais que tinham espaços institucionais passaram a cumprir um papel de técnicos de Estado. Com isso,

o fluxo da cooperação intelectual, leal e entusiasta ou fria e calculada, ultrapassou todas as expectativas (e mesmo as probabilidades existentes de absorção útil). Alguns atritos surgiram, destruindo a ilusão de que “a restauração da ordem” envolveria rápido restabelecimento do controle civil do poder político, e provocando o retraimento dos intelectuais que fizeram o papel de “inocentes úteis” ou de “aliados perigosos”. Mas, a massa dos intelectuais “conservadores” (“liberais” e “neutros”) mostrou uma grande tolerância, proclamando sua fé na “ordem revolucionária” (FERNANDES, 2010, p. 179).

Os eventuais atritos estão vinculados, entre outros fatores, à postura dos militares de constituírem-se, eles próprios, em intelectuais de Estado, por meio de mecanismos de formação organizados pela Escola Superior de Guerra (ESG) ou outras escolas militares. Inclusive civis fizeram parte desses cursos, mostrando uma postura de aproximação desses setores com os militares. Contudo, independente desses atritos, sob a responsabilidade dos militares o regime autoritário tornou-se um Estado tecnocrático, o que implicava uma miríade de oportunidades para os intelectuais de “mentalidade aberta” e tolerantes, ganhando “poder vivo” enquanto “lacaio do poder político-

militar institucionalizado” (FERNANDES, 2010, p. 179-80).

Cultura política e ditadura

Deve-se destacar que, além das questões de caráter estrutural que podem ter influenciado na atuação política dos intelectuais brasileiros, também há a dimensão de uma cultura política conservadora que permeava uma parcela dos intelectuais (e de outros setores da sociedade) naquele contexto. Por um lado, entende-se neste trabalho “cultura como o *sistema de significações* mediante o qual necessariamente (...) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (WILLIAMS, 2008, p. 13). Essa ordem social está constituída por uma variedade de fatores que se inter-relacionam e se influenciam mutuamente. Um desses fenômenos é a política, entendida como a “atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder”. Esse poder está inserido numa “sociedade global”, que “constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado” (RÉMOND, 2003, p. 444). Nesse sentido, pode-se afirmar que

o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo. Essas variações obedecem a necessidades externas; refletem também as variações do espírito público. O espaço que o político recorta na realidade global é resultante dessa conjunção (RÉMOND, 2003, p. 442-3).

Desse entendimento desdobram-se definições acerca da cultura política,

sendo possível entender esse fenômeno como uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados num partido ou em uma família ou tradição política. Nesse sentido, na definição de uma cultura política destaca-se, de um lado, a importância do papel das representações, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições, e, de outro, o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país (BERSTEIN, 1998, p. 350). Para Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 21), cultura política pode ser entendida como “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas” que são compartilhadas “por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado”, além de fornecer “inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.

Nessas compreensões são enfatizados elementos que colaboraram na compreensão da cultura política. Primeiro, que se trata de um fenômeno que passa pelo compartilhar de símbolos e referências culturais que têm a ver com a política e a disputa pelo poder. Segundo, que ela deve ser entendida na média ou na longa duração, não podendo ser entendido como um fenômeno específico de uma conjuntura. Terceiro, em direta relação com o anterior, a cultura política se inscreve em certas tradições, direta ou indiretamente relacionadas ao fenômeno política, manifestando-se de formas diversas ou mesmo contraditórias, como, por exemplo, no comportamento eleitoral ou em estratégias políticas mais gerais.

Por outro lado, há dois elementos a se destacar. Primeiro, que a cultura política constitui um conjunto “em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma

forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (BERSTEIN, 1998, p. 350-1). Assim, torna-se possível delinear algumas características dos grupos que compartilham certa cultura política. Segundo, existe no interior das nações “uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados” (BERSTEIN, 1998, p. 354). Dessa forma, junto com uma cultura política predominante existem outras culturas políticas diferentes, cujo nascimento “corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises de sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações” (BERSTEIN, 1998, p. 355).

Partindo desse entendimento acerca da cultura política para analisar a intelectualidade conservadora durante a ditadura no Brasil, percebe-se que talvez o principal fenômeno seja o autoritarismo, marcado por uma distinção entre “massa” e “elite”. Ricardo Silva (2004, p. 154), investigando as ideologias de alguns pensadores conservadores brasileiros, afirma:

a ideologia do Estado autoritário apresenta o processo histórico das transformações políticas e institucionais como uma expressão da vontade, de projetos e das estratégias das chamadas “elites”, reservando às “massas” unicamente o papel de objeto da ação política das elites ou, quando muito, o de uma força auxiliar na destruição das forças anacrônicas. Na lógica e no discurso desta ideologia política, não se admite qualquer papel criativo aos movimentos de massa.

Nesse sentido, no que se refere à sociedade,

às elites técnicas e políticas, encasteladas no ápice das

instituições do Estado autoritário, caberia o papel de conduzir o Brasil ao fim supremo para o qual tais elites teriam sido historicamente talhadas e o qual justificaria as próprias instituições do Estado autoritário: a organização da nação (SILVA, 2004, p. 159).

Esse tipo de ideologia viria a aparecer de forma reelaborada nas doutrinas militares, principalmente da ESG. Segundo Ricardo Silva (2004, p. 26), alguns intelectuais vinculados à ESG, como Golbery do Couto e Silva, assumiram sua dívida com o “eminente” Oliveira Vianna, ou o inclui, ao lado de Alberto Torres, como uma “figura formidável” importante para as formulações doutrinárias da instituição. Na doutrina da ESG aponta-se para uma relação de interdependência entre as elites, em particular a elite dirigente, e os chamados objetivos nacionais, levando-se em conta que os interesses, aspirações e objetivos do homem constituem a origem dos objetivos nacionais. Em função disso, o prestígio de uma elite depende se sua associação com os objetivos nacionais, ou seja, a opinião pública estabelece uma faixa ampla na qual o governo atua, cabendo às elites condicionar os caminhos a seguir dentro dessa faixa (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1971, p. 10-11). Dessa forma,

cumpra à elite não só o papel de intérprete dos interesses e aspirações nacionais, para levá-los ao nível da formulação governamental dos Objetivos Nacionais, como o papel inverso de, precisamente em razão da superior qualidade, presumida, de sua formação e informação, difundir no povo os altos valores da convivência social e a melhor percepção dos autênticos interesses e aspirações (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1977, p. 41).

Colocando-se sob a liderança de uma tecnocracia militar, cujos fundamentos ideológicos estavam vinculados à doutrina da ESG e ao pensamento autoritário das gerações anteriores, uma parcela significativa da intelectualidade brasileira durante a ditadura compartilhou uma cultura política elitista e autoritária. Esse conservadorismo não nasceu de uma doutrinação dos militares ou da coação por parte dos ditadores, mas da aceitação por parte dessa intelectualidade de pressupostos autoritários, para a qual, inclusive, uma parcela desses mesmos intelectuais contribuiu, nas décadas precedentes, em grande medida em sua relação com os governos de Getúlio Vargas. Nesse sentido, pode-se afirmar que a

osmose entre culturas políticas muito afastadas na origem implica que, longe de constituir um dado fixo, sinônimo de tradição política, estejamos em presença de um fenômeno evolutivo que corresponde a um dado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração e acompanhar a evolução no tempo (BERSTEIN, 1998, p. 355).

Na ditadura iniciada com o golpe de 1964, embora houvesse atritos e diferenças, um dos fatores que parecia unificar os intelectuais, bem como os militares e políticos civis era justamente uma cultura política compartilhada. Nesse caso, leva-se em conta que “a cultura política supre ao mesmo tempo ‘uma leitura comum do passado’ e uma ‘projeção no futuro vivida em conjunto’” (BERSTEIN, 1998, p. 351). No caso desses militares e civis, políticos e gestores, havia no centro a defesa da “revolução de 1964”, ou seja, certos consensos em torno da oposição ao governo “esquerdista” de João Goulart e, principalmente, um projeto comum

elitista e em defesa de princípios que poderiam ser generalizados numa abstração como “cultura ocidental”. Segundo esse raciocínio, em meio à chamada Guerra Fria, o Brasil deveria assumir posição firme em defesa dos princípios e da política estadunidenses, colocando-se a favor dessa política os agentes e herdeiros da “revolução de 1964”.

Considerações finais

Dessa forma, quando se analisa a atuação política dos intelectuais durante a ditadura no Brasil, percebe-se uma estreita relação com certa cultura política compartilhada pelos gestores do Estado. Não é possível identificar uma “origem” para isso ou mesmo se são os intelectuais que elaboraram a ideologia autoritária ou se ela foi construída em paralelo às experiências políticas. Percebe-se, no entanto, uma inter-relação entre esses intelectuais e os gestores, que se manifestou numa cultura política baseada no autoritarismo e no elitismo. Para esse elitismo, haveria uma “elite” civil e militar que comandaria os rumos da nação e que corretamente iria excluir das decisões as massas, pois essas seriam incapazes de atuarem politicamente de forma coerente. Essa foi a ideologia, reelabora em diferentes momentos, que guiou as ações dos gestores ao longo da ditadura e dos intelectuais, que, assumindo postos na gestão pública ou apresentando contribuições teóricas, demonstraram afinidades políticas com o regime autoritário.

Referências

ADUSP. **O controle ideológico na USP (1964-1978)**. São Paulo: ADUSP, 2004.

ASSOCIACAO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Delegacia de Santa Catarina. **Objetivos nacionais**

permanentes. Florianópolis, 1971.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORRÊA, Maria Leticia. A participação dos técnicos na “conquista do Estado”: historiografia e proposta de estudo de caso. In: MENDONÇA, Sônia (Org.). **Estado e historiografia no Brasil**. Niterói: Ed. UFF, 2006.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual básico**. Rio de Janeiro, 1977.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo de caso sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta (Org.). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SCHMIDT, Benício Viero. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado autoritário no Brasil**. Chapecó: Argus, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

*Recebido em 2013-02-17
Publicado em 2013-05-13*